

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALA DE AULA E O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA

Raniere Nunes da Silva (UEMASUL)

rntj29@hotmail.com

Matheus Carvalho Lima (UEMASUL)

mc420089@gmail.com

RESUMO

As variações linguísticas presentes na fala dos indivíduos advêm da forma como eles se relacionam levando em consideração questões socioculturais que permeiam a realidade de cada um. Os desvios da norma culta são comuns entre os falantes de classes menos favorecidas, entende-se que é na sala de aula que as reflexões sobre essas questões devem ser discutidas a fim de se evitar o preconceito linguístico entre os falantes. O objetivo deste estudo é discutir questões sobre variação linguística, desvios da norma culta, preconceito linguístico, trazendo essas reflexões para o contexto escolar, visto que os alunos trazem consigo uma cultura predominantemente oral, podendo ser identificada e refletida. Trata-se de uma pesquisa inteiramente bibliográfica tendo como base autores como, Stella Maris Bertoni-Ricardo (2004), Magda Becker Soares (2017), Luiz Carlos Cagliari (2009), Marcos Bagno (2003), bem como, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* e a *Base Nacional Comum Curricular*. Assim, é importante destacar para a comunidade de alunos que embora exista um padrão a ser seguido tanto para a fala quanto para a escrita, não se pode diminuir ou tratar com indiferença os desvios que trazemos conosco resultante de nossa cultura de vida. Sendo assim, acredita-se que quanto mais os professores estiverem cientes das variações linguísticas e empenhados em entender o porquê de alunos apresentarem ou não desvios na escrita e na fala, questões de preconceitos linguísticos em sala de aula serão mais facilmente combatidos.

Palavras-chave: Ensino. Preconceito linguístico. Variação linguística.

ABSTRACT

The linguistic variations present in the speech of individuals come from the way they relate taking into account socio-cultural issues that permeate each person's reality. Deviations from the cultured norm are common among speakers of less favored classes, it is understood that it is in the classroom that reflections on these issues should be discussed in order to avoid linguistic prejudice among speakers. The aim of this study is to discuss questions about linguistic variation, deviations from the cultured norm, linguistic prejudice, bringing these reflections to the school context, since students bring with them a predominantly oral culture, which can be identified and reflected. This is an entirely bibliographic research based on authors such as, Stella Maris Bertoni-Ricardo (2004), Magda Becker Soares (2017), Luiz Carlos Cagliari (2009), Marcos Bagno (2003), as well as the *National Curriculum Parameters and the Common National Curricular Base*. Thus, it is important to highlight to the student community that although there is a pattern to be followed for both speech and writing,

the deviationsthat we bring with usresulting from our culture of life can not be reduced or treated with indifference. Therefore, it is believed that the more teachers are aware of linguistic variations and are committed to understanding why students show or not deviations in writing and speaking, questions of linguistic prejudice in the classroom will be more easily combated.

Keywords: Teaching. Linguistic prejudice. Linguistic variation.

1. Introdução

A partir da inserção do indivíduo na escola, nota-se a cobrança para que tanto a escrita quanto a fala sejam de acordo com prescrições gramaticais. Na tentativa de corrigir os “erros” de português, o professor às vezes por desconhecer ou julgar desnecessário a reflexão acerca do uso de regra não padrão, impede que o aluno tenha um conhecimento mais vasto em relação a linguagem.

A forma como o docente trabalha a correção gramatical em sala de aula, quando a sua metodologia se envereda para a cultura do acerto e erro segundo a gramática prescritiva, pode dificultar o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o aluno ao chegar na escola pode apresentar tanto na escrita quanto na fala o uso de regras não padrão.

O estudo da variação linguística torna-se imprescindível para o ensino de língua materna, pois é uma realidade em sala de aula, visto que os alunos trazem consigo uma cultura predominantemente oral, podendo ser identificada e refletida. De acordo com (BERTONI-RICARDO, 2004), o professor por vezes não consegue mediar situações de uso de regras não padrão, ora por desconhecê-las, ora por tê-las em seu repertório, o que faz da regra não padrão “invisível” para ele.

Para tanto, o professor precisa estar atento para as possíveis ocorrências do uso de regras não padrão. Assim, quando for observado, em sala de aula, o uso de regras não padrão o que se pretende não é refutá-las do repertório linguístico do aluno, mas busca-se apontar e levar o educando a perceber a variante padrão e não padrão, bem como quando usá-las a depender da situação de comunicação.

Uma metodologia de ensino mais efetiva é possível, segundo (TRAVAGLIA, 2009), quando o professor conhece os tipos de ensino da língua, que são eles: prescritivo, descritivo e produtivo. A partir de um ensino que não seja apenas o prescritivo que funciona como uma espécie de lei, o descritivo e produtivo tornam-se mais efetivos ao objetivar o en-

tendimento dos fenômenos linguísticos e não se deter apenas a variante padrão da língua portuguesa.

2. Reflexões acerca da variação linguística em sala de aula

De acordo com Magda Becker Soares (2017, p. 62), “embora um grupo de pessoas que utilizam uma mesma língua constitua uma comunidade linguística, isso não significa que essa língua seja homogênea e uniforme”. Dessa maneira, muitos fatores corroboram para a presença da variação linguística, que apesar de ser a mesma língua utilizada pelos seus usuários, apresenta fenômenos de variações por questões geográfica, social, econômica, entre outros.

É diante desse conflito, observado na fala e na escrita, mas de forma mais recorrente na fala, e sendo a escola um ambiente propício para a conscientização sobre a variação linguística, é que se faz necessária a discussão acerca dos fenômenos da linguagem, sobretudo, concernentes à presença da variedade e variação linguística em sala de aula. Vale ressaltar que antes do ingresso do sujeito no ambiente escolar, ele traz consigo uma cultura marcada pela oralidade.

O primeiro contato do indivíduo com a linguagem inicia-se pela cultura predominante oral, que advém da sociabilização no seio familiar, entre os amigos e, por conseguinte, no ambiente escolar. Nesse sentido, Stella Maris Bertoni-Ricardo afirma:

Um domínio social é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais. Os papéis sociais são um conjunto de obrigações e direitos definidos por normas socioculturais. Os papéis sociais são construídos no próprio processo de interação humana. Quando usamos a linguagem para nos comunicar, também estamos construindo e reforçando os papéis sociais próprios de cada domínio. (BERTONI-RICARDO, 2004, p. 23)

É no domínio do lar que surgem as primeiras manifestações da linguagem, que variam de acordo com os papéis sociais que são estabelecidos no seio familiar. Dito isso, o diálogo entre os indivíduos destoa, e podem variar de acordo com a faixa etária, entre homem e mulher, mãe e filho, entre outros. Sendo assim, ratifica-se que a linguagem assume papéis sociais. Além do mais, nota-se que dentro dessas relações também é possível perceber diferenças sociolinguísticas.

Stella Maris Bertoni-Ricardo (2004) ainda diz que é no domínio

do lar que os indivíduos se sentem mais à vontade para conversar. Assim, quando as crianças são inseridas na escola e se deparam com o registro culto que destoa da oralidade, na qual desde cedo estão familiarizadas, rompe-se essa comunicação mais livre e percebem-se em outra realidade, isto é, a da norma padrão, que se tornará um modelo de correção para a escrita.

É a partir dessa transição entre o domínio do lar para o domínio da escola, que o professor precisa ter um olhar mais sensível para variedade linguística, pois é o primeiro contato que o aluno vai ter com o registro culto. Essa percepção do docente precisa ser constante, também, nas demais séries, sendo necessária durante toda a jornada do educando na escola, percebendo e fomentando uma educação que não seja excludente, mas acolhedora. Oportunizando momentos para refletir as variações linguísticas em sala de aula. Previsto pela BNCC (*Base Nacional Comum Curricular*), que diz:

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema de linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2010, p. 81)

Assim, quando o aluno fizer o uso de regras não padrão, o professor, em vez de refutar essa ocorrência, deve apontar a variante não padrão e o seu uso na comunicação informal, e em seguida apresentar a variante padrão da língua portuguesa, numa abordagem que seja aprazível, fazendo com que o aluno perceba que existem diferenças entre ambas, bem como todas têm a sua importância no ensino de língua materna, tendo por finalidade a compreensão entre os interagentes, além de salientar que o objetivo da língua é que haja comunicação entre os falantes.

A ausência de abordagens acerca da variedade linguística sua importância na formação da identidade do sujeito, preconizada pelos documentos que servem de referência para o ensino de língua portuguesa, e a não atenção dada aos fenômenos de variação linguística, como apontam os documentos *Parâmetros Curriculares Nacionais* e *Base Nacional Comum Curricular*, dão margens para os possíveis entraves nas aulas de língua materna.

Acredita-se que o professor precisa rever sua postura diante de tais fenômenos linguísticos e ressaltar a importância da variedade lin-

guística em sala de aula. Todavia, observa-se que o professor nem sempre consegue mediar uma situação onde o aluno faz uso de regra não padrão, sobre isso, Stella Maris Bertoni-Ricardo diz:

O professor não percebe o uso de regras não padrão. Isto se dá por duas razões: ou o professor não está atento ou o professor não identifica naquela regra uma transgressão porque ele próprio a tem em seu repertório. A regra é, pois, “invisível para ele. (BERTONI-RICARDO, 2004, p. 38)

Assim, nota-se a importância da mediação do professor nas aulas de língua materna, de modo particular nas séries iniciais. Ouvir, falar, ler e escrever, segundo os PCN (*Parâmetros Curriculares Nacionais*) são habilidades imprescindíveis para que haja comunicação, sendo a comunicação fundamental para o processo educacional e para o desenvolvimento linguístico do aluno.

A ocorrência do uso de regras não padrão não pode dar espaço para o preconceito linguístico, mas, antes, serem refletidos e tematizados em sala de aula. Sendo assim, busca-se discutir a importância da variação linguística, que, segundo (PETTER, 2017), “as línguas em qualquer aspecto observado, fonologia, sintaxe ou léxico, o linguista constata que não são melhores nem piores, são, simplesmente diferentes”.

O reflexo da discriminação, a partir de uma abordagem intimidadora, dificulta o processo de ensino e aprendizagem, ao passo que os alunos não se sentem confortáveis em sala de aula, muitas vezes, pela forma como são exortados pelos “erros de português”, que na verdade, são desvios da norma padrão.

3. A linguagem em uma perspectiva socioeconômica

O uso de regras não padrão é mais recorrente entre as camadas populares, justificando que o domínio da norma padrão pode ser observado por uma perspectiva socioeconômica. Nesse sentido, Magda Becker Soares afirma:

É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre os grupos sociais e que gera discriminações e fracassos: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante socialmente prestigiada. (SOARES, 2017, p. 26)

Depreende-se que a escola deve compreender a variação linguística

ca também por um viés socioeconômico, uma vez que a grande maioria dos usuários de regras não padrão estão em desvantagem pela desigualdade social, podendo resultar em um entrave para o processo educacional à medida que nas escolas nota-se difundido e priorizado o uso da variante prestigiada, ou seja, a norma culta.

Dito isso, desencadeia-se relevantes discussões acerca da inserção da criança no ambiente escolar, oriundas das camadas populares. Visto que desde cedo são vítimas da desigualdade social querefleto, também, na educação. As crianças que estão inseridas nesse contexto social, considerado inferior, estão em prejuízo por uma série de fatores que ratificam essa abordagem. Sobre isso, Luiz Carlos Cagliari (2009) diz:

Uma criança que viu desde cedo sua casa cheia de livros, jornais, revistas, que ouviu histórias, que as pessoas gastando muito tempo lendo e escrevendo, que desde cedo brincou com lápis, papel, borracha e tinta, quando entra na escola, encontra uma continuação do seu modo de vida e acha muito natural e lógico o que nela se faz. Uma criança que nunca viu seus pais lendo um jornal ou revista, que raramente viu alguém escrevendo, que jamais teve lápis e papel para brincar, ao entrar para escola sabe que vai encontrar essas coisas lá, mas sua atitude em relação a isso é bem diferente da criança descrita anteriormente. (CAGLIARI, 2009, p. 19)

Essa desigualdade se confirma em situações como essa descrita pelo autor, que faz um paralelo entre as crianças de camadas populares e àquelas que são privilegiadas socioeconomicamente, visto que a primeira criança descrita, certamente, pertence a uma classe social favorável que ao serem comparadas, observa-se uma grande diferença entre ambas.

A ausência da experiência com livros, bem como da observação das pessoas lendo e escrevendo, entre outros exemplos, tende a provocar uma sensação de deslocamento no indivíduo quando introduzido na escola. Junto a isso, como afirma (PETTER, 2017), “Falar certo continua sendo valorizado, porque a correção da linguagem está associada às classes altas e instruídas, é uma das marcas distintivas das classes sociais dominantes.”.

O educando que advém de camadas populares, além de não ser introduzido desde cedo em um contexto condizente com o que será propagado nas escolas, que se envereda pelo caminho da leitura, fala e escrita aos moldes da gramática normativa, possivelmente enfrentará preconceitos linguísticos se não adequarem-se ao ensino predominantemente valorizador e difusor da norma padrão, podendo ser excludente e estigmatizador.

3.1. Preconceito linguístico em sala de aula

O preconceito linguístico, segundo o autor (BAGNO, 2003), é uma atitude que requer atenção e precisa ser combatido como os demais preconceitos que são praticados na sociedade. Por preconceito linguístico, entende-se o menosprezo ou desprestígio de uma regra não padrão - vista como inferior- para a valorização da norma padrão da língua portuguesa, considerada a de maior prestígio social.

Nesse contexto, deve-se considerar que o combate ao preconceito linguístico e sua abordagem no âmbito educacional pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do discente, para o seu letramento e consequentemente para o desenvolvimento do país. Na tentativa de inibir o preconceito linguístico, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* dizem:

Contudo, não se pode mais insistir na ideia de que o modelo de correção estabelecido pela gramática tradicional seja o nível padrão de língua ou que corresponda à variedade linguística de prestígio. Há, isso sim, muito preconceito decorrente do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, não são objetos de avaliação negativa. (BRASIL, 1998, p. 31)

De acordo com os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, a variedade padrão ainda recebe pouca atenção no ensino de língua materna. Assim, o modelo de correção estabelecido pela norma padrão é posto em evidência e norteia não apenas a escrita, assim como a fala considerada correta. Dessa forma, compreende-se que todo desvio da gramática tradicional é visto como “incorreto”, “inadequado” ou “inferior”.

É a partir dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* que se instaura uma educação que visa contemplar a diversidade cultural e regional do educando, a fim de promover um ensino que se adéque a realidade do aluno no meio social no qual está inserido, também se percebe uma tentativa de mudança e combate ao preconceito linguístico. Sobre isso, ao definir os objetivos gerais de língua portuguesa para o ensino fundamental, dentro das propostas de atividades que a escola deve organizar, uma delas é possibilitar que o aluno conheça e valorize as diferentes variedades do português, procurando combater o preconceito linguístico.

Segundo Celso Ferrarezi Jr. (2014), ao apresentar as contribuições dadas pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* acerca da linguagem, como também da tentativa de democratizar o ensino, enfoque desta dis-

cussão, ele diz:

- (1) O padrão que o aluno fala e entende precisa ser valorizado e respeitado e;
- (2) O padrão de prestígio, se ainda não é dominado pelo aluno, precisa sê-lo, para que possa servir de “arma” contra o preconceito que lhe será impingido, caso não seja capaz e utilizá-lo. (FERRAREZI JR., 2014, p. 57)

Baseado nos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, como afirma o autor, orienta-se um ensino que valorize o padrão que o aluno traz consigo, adquirido por meio das relações que o indivíduo foi estabelecendo desde a aquisição da fala, perpassando pela influência do grupo social, posição geográfica, como já fora abordado. Desse modo, os *Parâmetros Curriculares Nacionais* conferem um avanço significativo para a democratização do ensino, na busca de uma escolarização que seja plena, não se detendo apenas às regras gramaticais. Contudo, faz-se necessário, também, o ensino da variante padrão, para que o aluno consiga compreender as nuances entre a norma padrão e não padrão da língua portuguesa, bem como para combater o preconceito.

Como consequência de uma educação que valorize e respeite a diversidade linguística e cultural, o processo educacional tornar-se-á mais efetivo nas escolas brasileiras. Pois é na escola que o educando tem a oportunidade de conhecer um ensino sistematizado da língua portuguesa (gramática normativa). Para tanto, a escola deve apresentar e ensinar as variantes padrão e não padrão, possibilitando um ensino mais abrangente ao alargar o olhar do aluno acerca das variedades linguísticas.

4. A expectativa de um novo olhar para o ensino de gramática

A gramática, enquanto sistematização do registro culto, abarca um considerado conjunto de regras que normatiza o uso de uma língua, que Celso Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra (2017, p. 1) definem como “um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos”. Logo, qualquer língua existente no mundo tem o seu registro culto, ou seja, um conjunto de normas que constitui o que é entendido como gramática normativa, norma culta, registro culto etc.

De acordo com (BECHARA, 2006), a gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever se fundamenta mediante o uso de autoridade dos escritores corretos, gramáticos e dicionaristas esclarecidos. Em vista disso, o uso da gramática normativa é considerado o mais

correto para escrever e, conseqüentemente, usado como meio de correção para a fala também. Porém, não é o único, uma vez que a gramática normativa é uma das inúmeras variedades do português.

Cabe à norma culta da língua portuguesa a disposição de um padrão que considera “correta” ou “incorreta” a escrita e a fala do indivíduo mediante ao uso das regras da gramática prescritiva, sendo a mais difundida e cobrada nas escolas, como afirma Luiz Carlos Travaglia:

A gramática normativa é o tipo de gramática a que mais se refere tradicionalmente na escola e, quase sempre, quando os professores falam em ensino de gramática, estão pensando apenas nesse tipo de gramática, por força da tradição ou por desconhecimento da existência dos outros tipos. (TRAVAGLIA, 2009, p. 32)

O professor, às vezes não julga necessário os outros tipos de gramática, por isso ministram suas aulas de língua materna apenas com a abordagem da variante culta da língua portuguesa, disseminando regras e normas gramaticais, por vezes não considerando a competência linguística internalizada do falante. Essa opção por um tipo único de gramática, tende a ser prejudicial para o ensino, uma vez que se restringe apenas a um tipo de gramática, isto é, a gramática normativa.

O ensino prescritivo é o tipo de ensino mais recorrente nas escolas brasileiras, que privilegia o ensino da gramática tradicional, sendo transmitido por gerações e continua até os dias atuais. Travaglia (2009, p. 38) vai dizer que é esse tipo de ensino que trabalha com a variedade escrita culta, que nas aulas de língua materna vai ser o molde de correção para os possíveis desvios da norma padrão da língua portuguesa.

A prática do ensino da gramática prescritiva considera o que é correto ou incorreto a nível fonológico (pronúncia das palavras) e sintático (colocação de palavras e concordância, bem como nos níveis morfológico e semântico, como afirma Luiz Carlos Travaglia. Dessa forma, a gramática prescritiva funciona como uma espécie de lei, visto que vai considerar o que é adequado e inadequado na escrita e na fala dos usuários da língua.

A forma como o professor trabalha gramática em sala de aula é relevante para essa discussão. No tangente às aulas de português os *Parâmetros Curriculares Nacionais* orientam:

Na escola, a tarefa de corrigir, em geral, é do professor. É ele quem assinala os erros de norma e de estilo, anotando, às margens, comentários nem sempre compreendidos pelos alunos. Mesmo quando se exige releitu-

ra, muitos alunos não identificam seus erros, ou, quando o fazem, se concentram em aspectos periféricos, como ortografia e acentuação, reproduzindo, muitas vezes, a própria prática escolar. (BRASIL, 1998, p. 77)

Do ponto de vista do ensino prescritivo, tipo de ensino mais disseminado nas aulas de português, ainda ecoa nas escolas de forma negativa e opressora, uma vez que os alunos nem sempre conseguem acompanhar o que é ensinado, ou muita das vezes o ensino deixa mais lacunas do que explicações.

Quando o aluno não consegue compreender o que está sendo assinalado como desvio da norma culta, e quando não consegue compreender o porquê de ter escrito de outra maneira, ora influenciado pela cultura da oralidade, ora pelo não entendimento da gramática normativa ensinada em sala de aula. Torna-se necessário que o professor faça uso do ensino descritivo, que busca descrever não apenas a variante culta da língua, mas que considera os demais fenômenos linguísticos.

O ensino descritivo é aquele que trabalha com todas as variantes da língua, que segundo Luiz Carlos Travaglia (2009), difere do ensino prescritivo ao considerar todas as variedades da língua, e não apenas a norma padrão, que sentencia o que é acerto ou erro na língua portuguesa. Nesse tipo de ensino, objetiva-se que o falante conheça a instituição linguística que utiliza, assim como precisa conhecer os de outras instituições sociais, a fim de ter um bom desempenho na sociedade. A partir do ensino descritivo, propõe-se:

Levar o conhecimento da instituição social que a língua representa: sua estrutura e funcionamento, sua forma e função e ensinar o aluno a pensar, a raciocinar, a desenvolver o raciocínio científico, a capacidade de análise sistemática dos fatos e fenômenos que encontra na natureza e na sociedade. (TRAVAGLIA, 2009, p. 39)

O ensino descritivo torna-se mais abrangente ao não se deter apenas ao estudo da variedade padrão, seu objetivo é refletir e descrever os fenômenos linguísticos. Assim, almeja-se que o aluno conheça a língua a partir de como ela se estrutura e funciona, não se limitando ao que é acerto ou erro, como no ensino prescritivo, mas procura compreender as observações linguísticas, se afastando de qualquer preconceito linguístico, como recomenda os *Parâmetros Curriculares Nacionais* para as aulas de língua materna.

O ensino produtivo, segundo Luiz Carlos Travaglia (2009), “objetiva ensinar novas habilidades linguísticas”. Quer ajudar o aluno a estender o uso de sua língua materna de maneira mais eficiente. Esse tipo de

ensino pretende que o aluno desenvolva novas habilidades linguísticas, não para alterar os padrões que o aluno já traz consigo, mas levá-los ao aperfeiçoamento dos recursos que possui, bem como almeja que o aluno possa expressar-se, adequadamente, em todas as circunstâncias que a vida exige.

Acerca dos três tipos de abordagem do ensino, Luiz Carlos Travaglia diz:

Esses três tipos de abordagem do ensino da língua não são mutuamente excludentes e podemos em nosso trabalho lançar mão de todos eles de acordo com nossos objetivos. Todavia tem sido consenso entre os estudiosos de questões ligadas ao ensino de língua materna que o ensino descritivo e o produtivo, sobretudo o segundo, são muito úteis para o aluno, mas que o prescritivo tem sido hipervalorizado e muito mais praticado nas aulas de língua materna em detrimentos dos outros dois tipos, causando prejuízo na formação do aluno, em termos de conhecimento linguístico de que disporá em sua vida, sobretudo no diz respeito à obtenção de uma competência comunicativa mais ampla, que fundamental para viver melhor. Mesmo porque o ensino prescritivo que tem sido feito não tem conseguido nem mesmo o seu objetivo de levar os alunos a terem uma competência que se considere satisfatória no uso das variedades culta e escrita da língua. (TRAVAGLIA, 2009, p. 40)

Para tanto, faz-se necessário que o docente tenha conhecimento dos tipos de ensino, para que mediante a observação dos alunos, bem como da necessidade e realidade de cada turma, ou até mesmo de um aluno em específico. O professor possa, no labor de suas atividades em sala de aula, identificar e escolher qual tipo de gramática pode ser aplicada em determinado momento.

Destarte, o professor precisa estar atento as orientações dadas pela *Base Nacional Comum Curricular* e os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, bem como dos autores aqui citados, a fim de que possam desempenhar um bom trabalho em sala de aula, tendo em vista que o objetivo da língua é que haja comunicação e compreensão entre os interagentes.

5. Conclusão

A variação linguística existe, pois a língua é um organismo vivo e, sendo assim, estão arrolados nesse processo: a cultura de vida dos indivíduos, bem como questões socioeconômicas. No contexto escolar, essas variações são percebidas mais fortemente uma vez que a escrita e a fala nos espaços educacionais são regidas pela norma padrão da língua ma-

terna, cabe aos professores no universo da sala de aula discutir e levar os alunos a refletirem a respeito das diferentes formas com que a língua se apresenta na intenção de minimizar os preconceitos linguísticos.

É notável que pessoas em condições sociais menos favorecidas tendem a possuir desvios em sua fala e escrita que se explicam pelo meio onde estão inseridas. As questões de desigualdades presentes em nossa sociedade acentuam este fato, uma vez que indivíduos de classe média e alta que frequentam escolas com todo aparato educacional que lhes proporcionem melhores condições de estudos e um maior leque informacional, conseqüentemente, irão falar e escrever mais próximo da norma padrão de sua língua, enquanto que, o outro grupo que não possui todas essas possibilidades certamente apresentará mais desvios na língua.

Acredita-se que quanto mais os professores estiverem cientes das variações linguísticas e empenhados em entender o porquê de alunos apresentarem ou não desvios na fala e na escrita, questões de preconceitos linguísticos em sala de aula serão mais facilmente combatidos.

É importante destacar para a comunidade de alunos que embora exista um padrão a ser seguido tanto para a fala quanto para a escrita, não se pode diminuir ou tratar com indiferença os desvios que trazemos conosco resultante de nossa cultura de vida. Assim, o mais apropriado é que se entenda onde, como e quando fazer uso da língua padrão, de maneira que as outras formas de falar sejam respeitadas dentro e fora das escolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2003.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática: opressão e liberdade*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BERTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*. Língua portuguesa. Ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem o BA-BE-BI-BO-BU*. São Paulo: Scipione, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

FERRAREZI JR., Celso. *Pedagogia do silenciamento: a escola brasileira e o ensino de língua materna*. São Paulo: Parábola, 2014.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução à linguística*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 11-24

SOARES, Magda Becker. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.